ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA FLOR

---------- Mandato 2017/2021 ----------

---------- ATA NÚMERO CINCO ----------

---------- Aos vinte e nove dias do mês de junho, do ano dois mil e dezoito, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Flor, convocada nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 30.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, sob a presidência do membro Artur Guilherme Gonçalves Vaz Pimentel, coadjuvado por Gracinda de Fátima Fraga Carvalho Peixoto, 1.ª Secretária e por Maria da Assunção Gouveia Bártolo Matias, 2.ª Secretária. ----------

---------- Estiveram presentes na sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-

---------- Pedro Alexandre Morais dos Santos; Artur Manuel Pires; João Carlos Alves Valério; Eurico Manuel Evaristo Trigo; Joni Micael Bento Ledo; Olívia Amélia Diogo Martins; Berta Augusta Teixeira de Vilhena Carneiro de Carvalho; Hernâni Joaquim Vilares Teixeira; Filipe Azevedo Teixeira; Emílio José Meireles Almendra. ----------

---------- O membro da AM da coligação Acreditar PPD/PSD-CDS/PP, Michel Lima Monteiro, foi legalmente substituído pelo membro substituto, Rui Pedro Pereira Machado. ----------

---------- O membro da AM da coligação Acreditar PPD/PSD-CDS/PP, Ânia Raquel Dionísio Teixeira, foi legalmente substituída pelo membro substituto, André Marcelino Garcia Ferreira. ----------

---------- Estiveram também presentes na sessão, os seguintes Presidentes de Junta: -----

---------- Frederico Macedo Teixeira; João Jorge Gouveia Garcia; António João Barros Rodrigues; Manuel António dos Prazeres Madureira; Tiago José Felizardo Martins; Fernando Augusto Silva Brás; Armindo António Olmo; Alípio Alberto Monteiro Fernandes; José António dos Santos Ferreira; Carlos José Almeida Seixas; Justino Manuel Bernardo dos Santos; António Abel Fraga. ----------

---------- Faltou a esta reunião o Presidente da União de Freguesias de Assares e Lodões, Fernando Amílcar dos Santos Passeira. ----------

---------- O Presidente da União de Freguesias de Candoso e Carvalho de Egas, Joaquim Filipe Frutuoso Correia, foi legalmente substituído pela secretária, Maria Fernanda Trigo Neri Tabuada. ----------

---------- O Órgão Executivo esteve representado por: ----------

---------- Fernando Francisco Teixeira de Barros, Presidente da CMVF. ----------

---------- Abílio Batista Maia Evaristo, vereador do PS. ----------

---------- Pedro Miguel Saraiva Lima Cordeiro de Melo, Vereador da coligação ACREDITAR PPD-PSD/CDS-PP. ----------

---------- Ana Sofia dos Santos Carvalho Gonçalves Ramos, Vereadora da coligação ACREDITAR PPD-PSD/CDS-PP. ----------

---------- Faltou à reunião o membro do Executivo, Quintino Augusto Pimentel Gonçalves, Vice-Presidente da CMVF. ----------

---------- Constada a existência de Quórum, o Presidente da Assembleia, declarou aberta a Quinta Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Flor. ----------

---------- **INTERVENÇÕES DO PÚBLICO** ----------

---------- **O Presidente da AM** perante a quantidade anormal de público na assistência, sobretudo formandos de cursos profissionais, perguntou se alguém tinha alguma questão a colocar. Não houve intervenções. ----------

---------- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** ----------

---------- Não houve intervenções neste período. ----------

---------- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** ----------

---------- **PONTO UM: EXPEDIENTE, INFORMAÇÕES E APROVAÇÃO DA ATA N.º 4 DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE ABRIL DE 2018.**----------

---------- **O Presidente da AM** colocou a Ata número quatro a votação. ----------

---------- **Votação:** A Ata foi aprovada por unanimidade. ----------

Deu conta de que a Mesa da Assembleia recebeu uma moção da Assembleia Municipal de Fafe, do Grupo Independente: "Fafe Sempre", abordando a temática da Regionalização e a criação de condições para que esta possa acontecer, dando conhecimento desta à Assembleia Municipal de Vila Flor. Deu também conhecimento de uma tomada de posição da Câmara Municipal de Bragança sobre a conectividade interna e externa do Concelho que abordava a passagem do Aeródromo Regional a Aeroporto Regional e a continuação da ligação do IP2 à Puebla de Sanabria, Espanha. Também deu conhecimento dos pagamentos efetuados até ao dia 27 de junho. Deu conta de declarações do Presidente da Câmara Municipal indicando que todos os

compromissos plurianuais e os pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2017 se encontram devidamente registados na sua contabilidade. -----

---------- **PONTO DOIS: TRATAMENTO DE ASSUNTOS DE INTERESSE MUNICIPAL RELEVANTE E URGENTE, DESDE QUE PELA SUA NATUREZA NÃO POSSAM TRANSITAR PARA UMA PRÓXIMA REUNIÃO.** ----------

---------- **O Presidente da AM** leu a moção da bancada do Partido Socialista acerca do IC5 que consta do Anexo 1 da presente ata. ----------

---------- **O Membro da AM Joni Ledo (BE)** revelou ter pensado em inquirir acerca da posição da Câmara Municipal relativamente a este tema antes da apresentação desta moção por parte da bancada do PS. Acha-a interessante e bem escrita revelando que não acha mal, antes pelo contrário, a passagem do setor privado para o público, devendo sim, ser acauteladas todas as questões de segurança e até de manutenção de postos de trabalho, nomeadamente dos Vilaflorenses. ----------

---------- **O Membro da AM Pedro Santos (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** deu nota de que esta é uma questão sensível, considerando o IC5 a grande obra dos últimos dez e dos próximos vinte anos na região. Acha que a via está bem tratada, bem limpa e com boa assistência e perguntou o porquê de o contrato estar a terminar, uma vez que, diz, os contratos são para vinte anos. Perguntou também os motivos desta mudança de concessão, duvidando da competência da "Estradas de Portugal" para manter o padrão de qualidade que a via tem apresentado. Abordou a questão da "Focsa" para revelar que houve questões fundamentais que não foram acauteladas aquando da perda da concessão, temendo que possa acontecer o mesmo a quinze famílias de Vila Flor na presente questão. ----------

---------- **O Membro da AM João Valério (PS)** afirmou que a moção tem três preocupações: a primeira é a defesa dos postos de trabalho; a segunda é a defesa das pessoas que circulam na via; a terceira é a defesa dos padrões de qualidade que a via apresenta. Disse que, no entender da sua bancada, a concessão não deve ser resgatada e mostrou abertura para dialogar com as restantes bancadas e, eventualmente, efetuar melhoramentos à moção, afirmando que as preocupações são verdadeiras em si e não escondem qualquer argumento. ----------

---------- **O Membro da AM Pedro Santos (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** dirigindo-se ao membro da AM João Valério, disse que a redação e o texto não os preocupam, a única preocupação que têm é a de discutir a matéria. Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, disse entender necessário que fale acerca deste assunto, pois apresenta dúvidas e preocupações que têm de ser esclarecidas. Dirigindo-se ao senhor Presidente da Mesa da AM, disse que a AM pode requerer apoio técnico, funcionários ou verbas financeiras independentemente da figura do Presidente da CMVF, que o órgão tem autonomia. ----------

---------- **O Presidente da CMVF** justificou a ausência, por motivos de saúde e também por motivos de representação de outra instituição, do seu Vice-Presidente. Registou

com satisfação o facto de a moção ser acolhida por todos. Afirmou não saber responder a todas as questões que o membro da AM Pedro Santos colocou, dizendo que gostaria, também, de ter essas informações. Disse que ao ter conhecimento do que ia acontecer, ficou preocupado e colocou, prontamente, o problema na CIM-TTM, mas entende que a parte mais interessada são as localidades que a via serve, tendo contactado os respetivos representantes para unirem esforços nesta questão. Afirmou que o mais importante é que a estrada não venha a ser desclassificada, pois esta preocupação salvaguarda as outras. Lembrou o que aconteceu nas linhas do Tua e do Sabor, onde o equipamento foi retirado "na calada da noite" e não existiu uma posição firme de defesa, o que não se verificou no caso do helicóptero e não se verifica na presente questão. Disse que como quem decide, não perguntou aos autarcas, têm de ser os autarcas a perguntar a quem decide o que vão propor e que garantias vão dar. Afirmou que a reunião, dos autarcas das localidades servidas pelo IC5, em Vila Flor, já mostrou que teve impacto. Disse, nesta questão, não querer perder nada e até ganhar, nomeadamente a chegada do IC5 a Espanha. Louvou a postura da AM por secundar a posição dos autarcas que se encontraram em Vila Flor e pediu, a todos, empenho para que o IC5 não seja desclassificado. ----------

---------- **O Membro da AM Pedro Santos (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** perguntou de quem é a moção. Se da AM, se do Presidente da CMVF, se da bancada do Partido Socialista, tendo-lhe sido recordado pelo Presidente da Assembleia que é da bancada do Partido Socialista. Disse que a sua bancada não iria votar contra, mas sugeriu que esta fosse subscrita pelo Presidente da AM e retirada a sigla partidária e passasse, assim, a ser uma moção da AM de Vila Flor. ----------

---------- **O Presidente da AM** referiu que este assunto não merece, em circunstâncias nenhumas, honras de política. Pediu que todos se juntassem e lutassem pelo IC5 para que não se perca nada relativo a esta infraestrutura. Pediu ao grupo parlamentar do Partido Socialista que a moção referisse, explicitamente, a questão dos postos de trabalho. ----------

---------- **O Membro da AM João Valério (PS)** prontificou-se a retirar a sigla do partido da moção e a torna-la uma moção de todos, uma vez que todos estão de acordo com o texto, o que foi aceite pelas restantes bancadas. ----------

---------- **O Presidente da CMVF** recordou que o IC5 não vai acabar. A preocupação é que não seja desclassificado. Disse que é importante que a AM esteja a favor do prolongamento do IP2 e da passagem do Aeródromo de Bragança a Aeroporto, que é importante ser solidário, exigindo solidariedade da região nesta questão do IC5. Reafirmou a importância de o IC5 chegar a Espanha e de, independentemente de a gestão ser privada ou pública, manter todos os parâmetros de qualidade que tem apresentado. ----------

---------- **O Presidente da AM** apresentou a moção como uma moção da Assembleia Municipal, uma vez retirada a sigla do Partido Socialista e colocou-a a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. ----------

---------- **O Membro da AM Joni Ledo (BE)** manifestou um voto de pesar pelo "pai do Serviço Nacional de Saúde" António Arnaut, prestando-lhe a sua homenagem. Questionou o Presidente da CMVF acerca do uso de glifosato, querendo saber se a CMVF ainda usa este herbicida. Congratulou-se pelo facto de a Câmara ter avançado com a limpeza dos terrenos, cumprindo a lei. Abordou a questão da abolição do papel nas Assembleias Municipais, ou, pelo menos para os membros da AM que renunciassem à correspondência via papel optando pela via digital e propôs à Mesa da AM o agendamento de uma reunião para tratar de melhorar alguns pontos do Regimento da AM, sugerindo a transmissão das Assembleias Municipais em plataformas digitais. ------

---------- **O Presidente da CMVF** subscreveu as palavras do membro da AM Joni Ledo no que toca ao voto de pesar por António Arnaut, reforçando o valor da pessoa perdida. --

---------- **O Membro da AM Pedro Santos (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** relativamente ao voto de pesar, recordou o papel do Vilaflorense Dr. Miller Guerra, bastonário da Ordem dos Médicos, na conceção do Serviço Nacional de Saúde, afirmando que, caso tivesse sido eleito Presidente da AM de Vila Flor, já teria homenageado a pessoa. Quanto ao Regimento da AM, propôs que o público possa falar antes e depois do período da ordem do dia. Quanto aos tempos, referiu que cronometrá-los seria importante. ----------

---------- **O Presidente da AM** referiu que, para si, o importante é que todos possam falar e dizerem o que quiserem. Falou acerca da sua convivência pessoal com o, então ministro, António Arnaut e enalteceu o seu trabalho no Serviço Nacional de Saúde. -----
---------- **O Presidente da AM** colocou o voto de pesar a votação. ----------

---------- **Votação:** O voto de pesar foi aprovado por unanimidade. ----------

---------- **O Presidente da CMVF** agradeceu, no que toca à limpeza dos terrenos, as palavras do membro da AM Joni Ledo e afirmou que a CMVF fez o melhor que podia num contexto difícil. Relativamente à abolição do papel, referiu ser importante poder enviar documentação por e-mail ou até disponibilizar consulta online, mas uma vez que a lei não obriga ao uso do correio eletrónico por parte de todos, o uso do papel terá de continuar. Quanto à questão do glifosato, mencionou que a CMVF usa um produto homologado para espaços públicos aplicado por uma empresa certificada. ----------

---------- **O Membro da AM André Ferreira (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** fez um reparo ao lixo, nomeadamente garrafas de plástico ou lata e até equipamento de corte, que os funcionários que andam a limpar as bermas, por vezes, deixam nos locais por onde passam. ----------

---------- **O Presidente da CMVF** embora não estando presente e nem sequer saber de qualquer situação de lixo deixado para trás por parte dos funcionários, pediu desculpa por esse comportamento. ----------

---------- **O Membro da AM Hernâni Teixeira (PS)** quanto ao Regimento da Assembleia Municipal, disse entender que o público deve poder falar no fim. Entende que o Regimento está muito bem concebido faltando, na sua opinião, colocar a "Atividade

Municipal" seguida do "Período Antes da Ordem do Dia" para que todos saibam quando se pronunciar. Mencionou a importância de Miller Guerra e de António Arnaut na História de Portugal. ----------

---------- **PONTO TRÊS: INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO N.º 2, DA ALÍNEA C, DO ARTIGO 25º DA LEI N.º 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO.** ----------

---------- **O Membro da AM Artur Pires (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** congratulou-se pela sala cheia. Agradeceu ao Presidente da CMVF as experiências proporcionadas aos alunos do 1.º ciclo e do pré-escolar com a visita ao Parque de Santo Inácio, em Vila Nova de Gaia. Agradeceu também aos Presidentes das Juntas de Freguesia, em particular, ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Flor, pelo mérito do seu trabalho. Referiu que, pese o bom trabalho da Câmara em matéria de limpeza, continua a existir um espaço em frente à Escola Básica n.º 1 onde esta não foi feita, o que ganha particular relevância por ser perto de um espaço frequentado por crianças. Disse saber que o terreno pertence a um privado, mas que isso não lhe interessa. Pretende o espaço limpo. Referiu outra questão, relativa à instituição a que o Vice-Presidente da CMVF preside, lamentado a sua ausência, informando que, logo pela manhã, dois contentores que se encontram na via pública sejam logo cheios com fraldas e ali ficarem durante vinte e quatro horas, provocando efeitos nefastos à saúde pública. Referiu já ter chegado a um princípio de entendimento com a Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, à qual louva o trabalho desempenhado e importância no Concelho, mas alerta a CMVF, enquanto entidade a quem compete a gestão dos espaços públicos, para a resolução desta questão com brevidade. Abordou também a falta de lavagem dos contentores do lixo e consequentes fedores. Inquiriu o Presidente da Câmara em relação às medidas compensatórias da construção da Barragem do Tua, com especial enfoque na chegada do comboio. ----------

---------- **O Membro da AM Pedro Santos (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** questionou o Presidente da Câmara acerca da evolução da questão dos precários e das divisões orgânicas, bem como dos concursos para admissão de pessoal. Questionou também acerca do estado em que se encontra o concurso público para remoção dos resíduos resultantes dos incêndios no Cachão. Questionou-o, também, acerca do projeto "Criar Laços" e da possibilidade de este projeto poder avançar com uma Universidade Sénior. Referiu ainda as festividades do São João no Mourão, louvando a forma como as pessoas da freguesia perpetuam a sua tradição e a sua preocupação com a desertificação constante, tendo constatado que o Concelho perde, em média, quinhentos eleitores a cada eleição autárquica. Abordou a Terraflor, dizendo que o espaço não é apropriado para promover produtos. Sobre a visita a Santarém, afirmou que Vila Flor devia ter alguém especializado nas diversas matérias para poder falar sobre os diversos produtos de forma cabal. Por último, perguntou ao Presidente da CMVF em que ponto se encontra a retirada da gestão, em alta, da água das Águas de Portugal e consequente passagem para a Resíduos do Nordeste. ----------

---------- **O Membro da AM Joni Ledo (BE)** congratula a CMVF pela presença na Feira de Santarém e por todo o apoio prestado para a realização da peça de teatro encenada

pelo cidadão Carlos Afonso, bem como pelo empenho na manutenção das Escolas Primárias em funcionamento. Congratula também a CMVF pelo desenvolvimento do processo de integração dos precários nos quadros da autarquia. Mostrou satisfação por perceber que a situação da remoção dos lixos do Cachão está encaminhada. Congratula, também, as pessoas do Mourão por continuarem a fazer a sua festa, cumprindo a lei. Abordou a questão da Regionalização e propôs que todos se juntem nesta questão e tentem fazer com que algo aconteça neste sentido. ----------

---------- **O Membro da AM Emílio Almendra (PS)** enquanto responsável do projeto "Criar Laços", recordou que este existe há dezasseis anos com o objetivo de integração social das crianças em idade escolar. Salientou a importância do papel das parcerias com todas as instituições do Concelho e elogiou a longevidade e atualidade do projeto que já foi, inclusivamente, distinguido com dois prémios internacionais. Congratula todos os parceiros e deixa uma palavra a todos os Presidentes de Junta de Freguesia pela realização de mais uma edição das "Férias de Verão", desta vez com mais de duzentos participantes. Respondendo ao membro da AM Pedro Santos na questão da Universidade Sénior, afirmou que não lhe cabe dizer se pode ou não ser enquadrada no projeto, mas manifestou total disponibilidade para ser parceiro no que for necessário. -

---------- **O Membro da AM João Valério (PS)** perguntou ao Presidente da CMVF se a empresa que se encontra a recolher os lixos é, de facto, temporária e se já estará substituída pela EcoAmbiente. Pediu esclarecimentos acerca do pagamento das indemnizações aos colaboradores da Focsa e perguntou se haverá, como se suspeita, um aumento do número de funcionários em relação à anterior concessionária do serviço. Disse ao membro da AM Artur Pires que, de facto, a empresa que se encontra temporariamente com o serviço não deve estar a funcionar bem, para se estar a verificar a situação por este relatada. ----------

---------- **O Presidente de JF de Trindade – Alípio Fernandes (PS)** expôs uma argumentação onde tentou mostrar que as freguesias não têm um tratamento equitativo por parte do executivo municipal comparando o número de votos no atual executivo por parte de cada freguesia com o número de intervenções efetuadas nas freguesias. Disse que a freguesia de Trindade nunca constou dos Relatórios de Atividade Municipal durante o mandato em curso o que se justifica pelo facto de não existir, de todo, atividade municipal na sua freguesia. Afirmou que têm sido feitas muitas obras em estruturas de cariz religioso pelo Concelho, mas que na sua freguesia não viu acontecer nada. Realçou que acontecem muitas mudanças na CMVF, mas nas freguesias aconteceu muito pouco ou nada. ----------

---------- **O Membro da AM Artur Pires (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** dirigiu-se ao membro da AM João Valério, afirmando que já tentou de várias formas, durante vários anos, resolver o problema dos caixotes do lixo que mencionou e que, inclusivamente, não queria ter de trazer o assunto a uma AM. ----------

---------- **O Membro da AM João Valério (PS)** reiterou o argumento de que a empresa que se encontra a tratar da recolha do lixo não estará a cumprir integralmente as suas funções, pois, afirmou, as restantes variáveis mantêm-se inalteradas. ----------

---------- **O Membro da AM André Ferreira (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** dirigiu-se ao Presidente da Junta de Freguesia da Trindade dizendo: "só queria dar-lhe o meu pesar porque é o único Presidente de Junta descontente". ----------

---------- **O Presidente da CMVF** dirigindo-se ao membro da AM Artur Pires, disse não haver necessidade de agradecer a viagem que a CMVF ofereceu às crianças. Disse-lhe também que entendia ser mais correto ter falado primeiramente com ele antes de trazer o assunto da limpeza dos terrenos à AM. Deu o exemplo de vários terrenos privados que a CMVF se encarregará de limpar, entre os quais, o que o membro da AM Artur Pires mencionou. Afirmou que o Vice-Presidente da CMVF é o Vice-Presidente da CMVF, apenas. Que não se podem confundir as coisas. Que, no contexto da AM, o membro da AM Artur Pires é apenas membro da AM e que não deviam tecer-se considerações, por exemplo, acerca da forma como alguém dá aulas. Disse entender que as coisas não devem misturar-se. Aconselhou o membro da AM Artur Pires a ler o Manifesto Anti-Dantas e disse saber que foi sem intenção que terá ultrapassado algum limite ao confundir os papéis. Disse que a responsabilidade da recolha dos resíduos sólidos é da Câmara Municipal e da empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste e que a Câmara Municipal já requisitou um contentor para a resolução do problema dos contentores do lixo junto ao Lar Nossa Senhora da Lapa. ----------

---------- **O Membro da AM Pedro Santos (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** enquanto líder da bancada, pediu, veementemente, um ponto de ordem à Mesa da AM alegando tratar-se de uma questão de honra e afirmando que a Mesa da AM se encontrava "ao Deus dará" e que houve "alguma intensidade deselegante de assuntos pessoais". Pediu que a intervenção do senhor Presidente da Câmara "prossiga sem fazer tantas considerações pessoais". Pediu, também, serenidade, "que se interrompa uma intervenção desta natureza" e que se acabem as considerações pessoais de parte a parte. ----------

---------- **O Presidente da AM** pese não ter presenciado o que motivou o ponto de ordem, pois tinha-se ausentado por breves momentos, pediu respeito a todos uns pelos outros, pela AM e por Vila Flor. ----------

---------- **O Membro da AM Artur Pires (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** perguntou ao Presidente da CMVF em que momento melindrou ou beliscou a integridade da pessoa do senhor Vice-Presidente da CMVF, perguntou onde pessoalizou os assuntos. ----------

---------- **O Membro da AM Pedro Santos (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** afirmou que "de facto quando não lemos os regimentos acontece isto" e que ter de fazer um ponto de ordem à Mesa da AM é desagradável, especialmente porque a Mesa não estava presente para poder serenar ou, eventualmente, interromper o andamento da Assembleia. ----------

---------- **O Presidente da CMVF** mencionou que não ofendeu ninguém, nem teve essa intenção. Disse que nunca interromperia um membro da AM, mas que de uma forma impulsiva, houve alguém que o interrompeu e teceu considerações, sem que para isso lhe tivessem dado a palavra e isso sim, foi um ato reprovável. Diz conhecer o professor Artur há cerca de trinta anos e ter por ele muito respeito e consideração e não era preciso vir alguém dizer o que disse. Diz que não ofendeu o professor Artur, nem teceu nenhuma consideração de ordem pessoal, apenas apreciações de ordem política. -------
Sobre a Agência do Vale do Tua, disse que deixou de pertencer à Presidência há cerca de um mês, devido a ser rotativo e que conseguiu que a Concessão da mobilidade passasse para a Agência do Vale do Tua, com o respetivo pacote financeiro. Indicou que conseguiram que fossem dadas autorizações para que os ensaios fossem feitos pelo operador. A intenção sempre foi que o comboio voltasse a apitar. ----------
Em relação ao assunto dos precários, referiu que estão a tratar do assunto, que não foi possível ainda apresentar nesta AM a lista de todas as pessoas abrangidas, mas que a lista será apresentada brevemente. ----------
Sobre a AIN, diz que não falou em quatrocentos mil euros, mas sim em duzentos e setenta mil euros que vinham do Fundo Ambiental. Que é da responsabilidade do senhor Ministro do Ambiente, o qual fez um despacho atribuindo a verba para a limpeza dos resíduos do Cachão, que tem a ver com os resíduos plásticos que arderam, os que estão meios ardidos e os que ainda não arderam. A AIN já recebeu oitenta e cinco por cento desse valor e estão depositados de uma forma intocável. Os resíduos são da Câmara Municipal de Mirandela, que teve que tomar posse administrativa desses resíduos. O fundo que atribui essas verbas tem apenas duas exigências: A primeira é a de que os resíduos sejam entregues a um destino final, e a segunda é que os recibos desses trabalhos sejam pagos. No entanto, como é uma empresa do sector empresarial local, tem que cumprir o Código dos Contratos Públicos, o que obriga a abertura de um concurso público e para abrir um concurso público, tem que se saber de quem são os resíduos. Sabe-se que pertencem a alguém, o proprietário foi notificado, não cumpriu com os prazos e a Câmara Municipal de Mirandela tomou posse administrativa e pediu à AIN que lhe fizesse o serviço. Mencionou que estão a abrir um concurso público, que a AIN não estava inscrita na VORTAL, que foi preciso fazê-lo e estão à espera desse certificado. ----------
Em relação ao projeto "Criar Laços", diz que é um programa espantoso, e um exemplo de que todos se devem orgulhar. É um projeto que engloba várias instituições, como o Centro Paroquial, a Santa Casa, a CMVF, as Juntas de Freguesia, a GNR entre outras, e que contribuiu para que as crianças tenham tido umas férias mais divertidas. ----------
Da Universidade Sénior, diz que não deveria nascer de cima para baixo, mas sim de baixo para cima. Diz que estão a trabalhar junto das instituições para que ela surja. Indica que é um caminho longo, mas que não está esquecida. ----------
Em relação às festividades do Mourão, disse que não esteve lá este ano, mas que marcou presença em anos anteriores e para além de estar presente, ajudou e até atribuiu uma verba à Junta de Freguesia. Indicou que no dia em que ocorreu o grande problema do gato, o Presidente da CMVF estava lá e mesmo quando a imprensa lá esteve, ele não se escondeu. ----------

Sobre a Terraflor disse que foi ele o seu criador e foi a que a CMVF atribuiu a tarefa da sua criação e organização. Menciona que esta já cumpriu uma etapa enorme e deu uma mais-valia ao nosso Concelho. Indica que é apenas uma montra, uma mostra e não tanto direcionada para venda. A Terraflor permitiu hoje aos nossos produtores, estarem presentes nas feiras de Santarém, em Bruxelas, na Feira Internacional de Lisboa, em Nanterre, em qualquer parte do mundo. Menciona que Vila Flor esteve muito bem representada na Feira de Santarém, onde foi visitada pelo Presidente da República, pelo Primeiro-ministro, pelos dois comissários da Agricultura, pelo Secretário de Estado entre outros. Hoje os nossos produtores, além de produzirem, são excelentes técnicos e sentem-se à vontade para falar em qualquer palco sobre os seus produtos. Notou-se uma grande união entre todos os produtores, e que vendiam os produtos uns dos outros. Informou também que os nossos azeites tiveram quatro prémios na Feira Nacional. ----------

Em relação ao teatro, diz que foi um êxito, que tem todo o mérito enquanto Vilaflorense e indica que se deve apoiar as pessoas com criatividade. ----------

No que concerne à rede escolar, indica que a estratégia é manter todas as escolas abertas e que vão lutar para que nenhuma feche. ----------

Disse que o bar e o restaurante do complexo turístico do Peneireiro estão a funcionar bem e espera que assim continue. ----------

Falou que relativamente aos resíduos, a Focsa perdeu um concurso e as pessoas ficaram desempregadas. Foi necessário abrir um concurso de carácter urgente por três meses, que acabou por durar quatro, mas que dia dois de julho, vai começar outra empresa, que é a EcoAmbiente e que até vai aumentar o numero de trabalhadores. Informa que embora os trabalhadores tenham perdido posição salarial, todos eles foram indemnizados, pois esta foi a razão pela qual não seriam libertadas as garantias bancárias, enquanto não fosse resolvida a questão dos trabalhadores. ----------

Em resposta ao PJF de Trindade, disse que o mandato tem quatro anos e que os balanços se fazem no final. Não se pode olhar para as freguesias como uma competição e informa que irá cumprir com tudo aquilo que disse. ----------

No que concerne à gestão em Alta das Águas, informou que ficou combinado fazer-se um estudo da gestão em Alta. Ficaram de nomear um grupo de cinco pessoas para se fazer esse estudo e que a questão está a ser analisada. ----------

Mencionou que não teve qualquer intenção de intervir em questões privadas relativamente ao professor Artur, nem de tecer qualquer comentário de carácter pessoal, apenas respondeu politicamente e que na eventualidade de se ter excedido, afirma que não foi a sua intenção. ----------

---------- **A 2.ª Secretária da mesa da AM Assunção Matias (PS)** pretendeu responder ao membro da AM, Dr. Pedro Santos, dizendo que a mesa não estava abandonada, que não estava "ao Deus dará" como foi mencionado. O que o Dr. Pedro Santos quis, foi criar um constrangimento à mesa, porque quando o membro da AM Artur Pires quis falar, ela própria fez um gesto ao professor para ter calma, para aguardar que mais tarde iria falar. Em resposta ao membro da AM Artur Pires, quando este disse, utilizando a expressão,

"não tugiu nem mugiu", informa que não foi o que se passou, pois pediu-lhe para aguardar. ----------

---------- **O Membro da AM Artur Pires (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** em resposta à 2.ª secretária da mesa da AM, Assunção Matias, pediu desculpa por se ter excedido. Em resposta ao Presidente da CMVF, por lhe ter dito que não deveria ter trazido o assunto da viagem de Sto. Inácio, diz que tem trazido sempre as coisas positivas e também aquelas que estão menos bem. Afirma não ter sido deselegante nem ofensivo ética e moralmente com ninguém. ----------

---------- **O Membro da AM Pedro Santos (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** refere que quando quis colocar um ponto de ordem à mesa, não foi para que a mesa desse a palavra à pessoa ofendida para se defender, mas sim para colocar fim a palavras e a intervenções menos próprias e inibidoras. Indica que a segunda secretária da AM, não se deve sentir ofendida ou mal tratada, apenas acha que a mesa não atuou como deveria. No entanto, diz ter valido a pena, porque toda a gente retomou o seu sítio, a sua posição e que o fizeram todos com a elegância devida, estando toda a gente de parabéns. ----------

---------- **O Presidente da CMVF** regista com agrado as palavras dos membros da AM, Artur Pires, Pedro Santos e Assunção Matias. Diz que no calor da palavra, todos podem ultrapassar barreiras, mas está convicto de que não o fez. Mas se o fez já reconheceu que não tinha intenções de o fazer. Quis deixar a ideia que nunca iria tecer comentários de carácter pessoal na AM, apenas o fará politicamente. ----------

---------- **O Presidente da AM** em nome da mesa da AM pede desculpa por qualquer incómodo que possa ter causado com a sua ausência, mas tal como o membro da AM Pedro Santos teve que se ausentar para ir à casa de banho, também ele, por vezes, sente a necessidade de o fazer. Devido à ausência do membro da Assembleia Pedro Santos, decidiu passar-se o ponto número quatro para o final da Assembleia. ----------

---------- PONTO CINCO: PROJETO DE REGULAMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO À NATALIDADE - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. ----------

---------- **O Membro da AM Berta Carvalho (PS)** relativamente ao projeto de regulamento da Natalidade, entende que todos acham uma medida correta. Parece-lhe que estão contemplados muitos aspetos e ressalvadas muitas questões. Entende que os casais irão ter mais facilidades em criar os seus filhos. Diz-se muito feliz por esta iniciativa, que apesar de pequena, significa muito para as crianças. Diz notar que se tem trabalhado muito na Câmara e que as tarefas estão a ser bem divididas. ----------

---------- **O Membro da AM Olívia Martins (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** quer congratular o Presidente da CMVF pelo projeto de apoio à natalidade e pelo regulamento apresentado. No entanto, gostaria de deixar algumas considerações ou ideias. Relativo ao artigo 3.º, alínea b), em nome da bancada da Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP, entende excessivo o período de dois anos de residência habitual e permanente e que deveria optar não pelo tempo antes, mas sim após o pedido de apoio.

No artigo 4.º do n.º 1 alínea a), deveriam pensar também em filhos fora do casamento. No artigo 5.º n.º 1 alínea b), coloca a questão se houver um menor que não seja recenseado no Concelho, terá ou não direito ao apoio. No artigo 8.º, acrescenta que em vez dos quarenta por cento, deveria ser setenta e cinco por cento em dinheiro e o resto em bens. Levanta também a possibilidade de o valor ser fracionado e não entregue tudo de uma vez. Deixa também a ideia de que deveria haver apoio à vacinação. ----------

---------- **O Membro da AM Joni Ledo (BE)** menciona que vai votar favoravelmente o regulamento, embora tenha a sua opinião, onde concorda com algumas coisas, mas discorda de outras. Concorda com a parte da união de facto, pois é uma opção de vida das pessoas casarem ou não, mas discorda com o facto de se limitar as pessoas na forma em como gastam o dinheiro. Não concorda com o facto de as pessoas terem de ser recenseadas em Vila Flor, pois existem imigrantes que moram em Vila Flor há mais de dois anos e que por não serem recenseados não poderão usufruir destas ajudas. Entende que não é a melhor opção pagarem, utilizando a expressão, "à peça". Refere que a CMVF tem tido um cuidado especial em relação à educação, mas que pode abranger em outros sentidos, nomeadamente nas creches, na escola pública, na saúde, entre outros. ----------

---------- **O Membro da AM Pedro Santos (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** entende ser a Assembleia mais importante do ano dois mil e dezoito, devido aos pontos que constituem a agenda. Disse que a população está cada vez mais envelhecida, o nosso território mais desertificado, que de mandato em mandato são quinhentos eleitores a menos, e estarmos perante um problema muito grande. Em relação ao documento, diz que este não tem um objetivo definido. Entende que, por mil e quinhentos euros, não teria um terceiro filho. Menciona que a CMVF tem um orçamento de onze milhões de euros por ano para gastar e fazendo as contas às crianças que nascem por ano, mais ou menos vinte, dá um valor de trinta mil euros ano, o que não é justificativo para incentivar as pessoas a terem filhos. Indica que é necessário desenvolver as nossas terras e tudo tem a ver com população. Onde há gente, as coisas funcionam. Indica que o documento não pode ser limitativo mas agregador, dando como exemplo no ponto 4 do artigo 2.º onde diz "As presentes modalidades de incentivo à natalidade, não são cumulativas com outros incentivos que possam vir a ser atribuídos", entendendo isto como uma limitação. Deve-se promover a natalidade e fazer crescer o mercado local. Indica que o documento da forma como está, não tem um objetivo claro, não está determinado o número de crianças que queremos e não vai ter o impacto pretendido. Falou, relativamente a cuidados de saúde, dando o exemplo das subespecialidades de pediatria, em que, no caso de ser necessário assistir uma criança, são precisos cuidados que não temos em Vila Flor, sendo necessária a deslocação para fora do Concelho. ----------

---------- **O Presidente da AM** interferiu na intervenção do Membro da AM Pedro Santos, e pediu que fosse breve nas suas declarações, assim como todos os outros membros da AM. ----------

---------- **O Membro da AM Pedro Santos (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** continuou a sua intervenção questionando, no caso de uma senhora que engravide e que more em casa dos pais, se essa pessoa teria direito ao apoio. ----------

---------- **O Membro da AM Emílio Almendra (PS)** diz ter ouvido o membro da AM Pedro Santos, no entanto diz que quem trabalha na área social, compreende perfeitamente todas as limitações presentes neste documento, pois entende que servem para proteger e garantir o cumprimento mais específico do regulamento. Deu conta de que se podia ter agilizado este debate porque, este documento esteve no período de discussão pública e essa seria a altura para apresentar essas alterações, como ele próprio o fez. --

---------- **O Presidente da CMVF** quis registar que não quer aumentar a natalidade com este documento, que o objetivo não é esse. O poder central tem que começar a pensar nisso, porque a população está a diminuir drasticamente. O regulamento visa o apoio e a garantia de uma maior igualdade aos que nascem. Entende que o documento não é perfeito, mas foi aprovado em reunião de câmara, esteve em discussão pública e não houve nenhum comentário acerca do assunto, o que poderia ter ajudado a quem o elaborou e ter ajudado a enriquecer o documento. Disse que se fez o documento a pensar nas crianças e quando se fala em quarenta por cento em dinheiro e sessenta por cento em bens, estão a garantir que esse valor seja gasto com as crianças e não noutra coisa qualquer. Refere que se uma criança tiver que ser operada, se esta ajuda serve, e se os casais em estado de união de facto estão previstos no documento. Diz não querer ter uma visão economicista, não quer saber quanto se vai gastar com este regulamento, e diz que se este regulamento permitir gastar duzentos mil euros em jovens, será muito bem gasto. Deixa a ideia de que isto é apenas um complemento de muitas outras medidas, desde o transporte gratuito, as refeições escolares, as piscinas e outras infraestruturas disponíveis, a participação em todas as iniciativas das escolas. Tudo isto contribui para que os jovens sejam mais felizes, se sintam mais realizados e mais preparados para a vida. ----------

---------- **O Membro da AM Pedro Santos (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** propôs ao Presidente da AM, suspender a sessão e retomar no dia seguinte, pois havia ainda três pontos que não podiam ser tratados com rapidez. ----------

---------- **O Presidente da AM** disse que o membro da AM Pedro Santos sabe perfeitamente que a mesa tem razão, pois em nenhuma assembleia do país isto é permitido. ----------

---------- **O Membro da AM Pedro Santos (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** regista com desagrado a condução desta AM. Em relação ao documento, menciona que o período de discussão pública para os eleitos locais é a AM, o documento ainda está aberto, pode receber dicas, o executivo pode estudar com as componentes técnicas, elaborar ou não e trazer daqui por um mês. Diz que não vai votar contra o documento, apenas faria de maneira diferente. ----------

---------- **O Membro da AM Emílio Almendra (PS)** em resposta ao membro da AM Pedro Santos, defende que, quando falou em período de discussão pública, seria apenas para

agilização de todo o processo, para que nesta AM fosse possível trazer um documento mais completo.----------

---------- **O Membro da AM Berta Carvalho (PS)** referiu que quando abriu os documentos, achou logo que esta AM iria dar muito trabalho. Entende que existem pontos que merecem mais atenção e discussão do que outros e não vê inconveniente em fazer duas reuniões em vez de uma. ----------

---------- **O Presidente da AM** entende que este ponto além de muito importante, é interessantíssimo para o concelho. Quando pede cautela, não está a impedir ninguém de falar. ----------

---------- **O Presidente da AM** colocou o ponto número cinco a votação. ----------

---------- **Votação:** O ponto número cinco foi aprovado por maioria com quinze votos a favor e dez abstenções. ----------

---------- **O Membro da AM Pedro Santos (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** apresentou declaração de voto, indicando que quiseram discutir, não sabiam se o documento estaria aberto a novas ideias, daí a abstenção de toda a bancada da Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP. No entanto, diz que são claramente a favor da natalidade. ----------

---------- PONTO SEIS: PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VILA FLOR - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. ----------

---------- **O Presidente da CMVF** disse que quem dá o parecer essencial e vinculativo é o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas).Tiveram um parecer favorável, já foi aprovado na Comissão Municipal de Defesa da Floresta e está em condições de ser discutido e aprovado em AM. ----------

---------- **O Presidente da AM** colocou o ponto número seis a votação. ----------

---------- **Votação:** O ponto número seis foi aprovado por unanimidade. ----------

---------- PONTO SETE: PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VILA FLOR - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO.-

---------- **O Membro da AM Artur Pires (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** indicou que o PDM (Plano Diretor Municipal) deveria ser agilizado com a presença dos Presidentes de Junta de Freguesia, porque conhecem melhor o terreno e podiam ajudar neste sentido. Diz que entendeu que o documento potencia a concentração dos aglomerados, o que possivelmente poderá inflacionar os preços. ----------

---------- **O Membro da AM Pedro Santos (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** disse que o PDM (Plano Diretor Municipal) é um documento muito importante, pois é o que dita o que se pode ou não fazer no nosso Concelho. Da leitura que fez, quer deixar alguns reparos, que julga não se adequarem ao nosso Concelho, concretamente no cap. IV, na classificação dos solos rústicos, no artigo 2.º n.º5 alínea 3i, a alteração feita de três hectares para dois hectares. Questionou se não seria possível alterar apenas para um

hectare. No artigo 25, secção 2 de aglomerados rurais, nos regimes de edificabilidade, há uma questão que diz que os anexos só podem ter uma altura máxima de dois metros e trinta. Entende não ser adaptável, porque utilizam os anexos para colocar um trator, uma retroescavadora, um reboque de lenha. Não serve o nosso meio rural. Em relação às áreas protegidas ou florestais, nessas áreas só é possível construir se já houver uma ruina e só pode ser ampliada até trezentos metros quadrados, se não existir, não se pode construir. Entende que este ponto pode ser limitativo para o desenvolvimento do Concelho. Merecia uma reflexão. Em relação ao anexo do património classificado, temos muito pouco, e entende que existem vários monumentos que podem ser enquadrados, nomeadamente a fonte Nossa Senhora em Vilas Boas ou as Capelinhas de Vila Flor. -----

---------- **O Presidente da CMVF** começou por salientar a importância do documento para o Concelho e as dificuldades que tiveram de ser ultrapassadas no processo da sua conceção. Revelou que foram efetuados cerca de trinta pedidos de parecer a diferentes entidades e a existência de duas reclamações surgidas no período de discussão pública que, por sua vez, não foram atendidas pela Comissão. Atendendo à tecnicidade do documento, socorreu-se de técnicos para melhor esclarecer os presentes. ----------

---------- **A arquiteta Isabel Matias** revelou as dificuldades presentes na conceção do documento, fruto das diversas alterações legislativas e justificou as muitas alterações ao anterior PDM. Afirmou que a prioridade do documento passa pelos aglomerados residenciais, sem deixar de atender às especificidades dos aglomerados rurais. Esclareceu que grande parte das diretivas são de caráter nacional, nem sempre sendo possível adotar as melhores soluções para meios mais ruralizados. ----------

---------- **O arquiteto João Ortega** na qualidade de responsável pela implementação do Plano, salientou a complexidade do novo PDM, a que, diz, decorre de se ter planeamento. Realçou a definição exata de regras, o que permitirá igualdade para todos os munícipes, pois o Plano deixa pouco espaço a incertezas. Afirmou ter a opinião de que este novo PDM ordena o território e não provoca desertificação. O importante será jogar a favor das novas regras do Plano e não contra elas. ----------

---------- **O Membro da AM Pedro Santos (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** perguntou se é possível alterar dois hectares para um hectare para a possibilidade de construção e se é possível omitir a limitação de dois metros e trinta de altura dos anexos nos meios rurais. ----------

---------- **A arquiteta Isabel Matias** diferenciou anexo de armazém, o que entende não trazer problemas à realidade rural. ----------

---------- **O Membro da AM Pedro Santos (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** reiterou as suas perguntas. Perguntou ainda ao Arquiteto João Ortega que portas o novo PDM vai abrir. ----------

---------- **O Presidente da UF Valtorno e Mourão – Carlos Seixas (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** perguntou as condições para fazer um armazém de acordo com o novo PDM. ----------

---------- **A arquiteta Isabel Matias** respondeu que a questão em causa teria de ter sido colocada no período de discussão pública e não discutida numa Assembleia Municipal. Relativamente à questão dos dois hectares, revelou não ser possível alterá-la. No caso da limitação dos anexos, disse não ser possível omiti-la e chamou a atenção para a importância da monitorização e eventuais pedidos de alteração às regras consoante a adequação à realidade. ----------

---------- **A Engenheira Susana Mesquita** respondeu ao Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Valtorno e Mourão remetendo-o para a Lei Geral. ----------

---------- **O Presidente da CMVF** afirmou que nenhum autarca pretende ser restritivo, mas destaca a importância de tornar as coisas mais claras. ----------

---------- **O arquiteto João Ortega** respondendo ao membro da AM Pedro Santos afirmou que o espaço de Reserva Ecológica Nacional é reduzido drasticamente, o que potencia, em muito, a construção. Destacou a restritividade a que se assiste devido, sobretudo, aos incêndios que têm assolado o território. ----------

---------- **O Presidente da AM** colocou o ponto sete a votação. ----------

---------- **Votação:** A Ata foi aprovada com 10 votos contra, da bancada do PSD, uma abstenção, do membro da AM do BE e 17 votos a favor, da bancada do PS. ----------

---------- **PONTO OITO: DISCUSSÃO E APRECIAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS DE 2017.** ----------

---------- **O Presidente da AM** colocou a apreciação o ponto oito. ----------

---------- **PONTO QUATRO: PONTO TRANSITADO DA REUNIÃO ANTERIOR - INFORMAÇÃO SOBRE A AÇÃO ADMINISTRATIVA INTENTADA SOBRE A DESIGNAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, BEM COMO DOS DEMAIS DE OUTROS ÓRGÃOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA FLOR DO DIA 27/12/2013, BEM COMO TODAS AS DELIBERAÇÕES TOMADAS POSTERIORMENTE À DESIGNAÇÃO DAQUELES.--**

---------- **O Membro da AM Pedro Santos (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** revelou estranheza por este ponto fazer parte da agenda, pois considera-o tratado. -----

---------- Nada mais havendo a declarar, o Presidente da AMVF deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata. ----------

O Presidente da Mesa

(Artur Guilherme Gonçalves Vaz Pimentel)

1.º Secretário(a)

(Gracinda de Fátima Fraga Carvalho Peixoto)

2.º Secretário(a)

(Maria da Assunção Gouveia Bártolo Matias)

ANEXO I

Assembleia Municipal de Vila Flor

Moção da Assembleia Municipal de Vila Flor: Gestão do IC5

Considerando:

Que a bancada parlamentar se mostra preocupada com as notícias que têm surgido a público sobre a referida concessão;

Que o IC5 é uma via que liga a Autoestrada Transmontana, no Alto do Pópulo (Alijó) a Duas Igrejas, em Miranda do Douro, desencravando o sul do distrito de Bragança, o qual ficou privado durante muitos anos do acesso ao litoral;

Que o IC5 é uma das vias da concessão Douro Interior, a cargo da Ascendi (atual concessionária, no âmbito de uma parceria público/privada), e serve os concelhos de Murça, Alijó, Carrazeda de Ansiães, Vila Flor, Alfandega da Fé, Mogadouro e Miranda do Douro;

Que se apresenta como um itinerário transversal e há muito requerido pela população, e, como tal, estruturante e vital para o desenvolvimento regional;

Que a sua construção aumentou consideravelmente as condições de segurança e de combate à sinistralidade;

Que a possibilidade de resgate da concessão de exploração do IC5 pelas Infraestruturas de Portugal (IP) pode ser lesiva para os Vila-Florenses e para a região que durante tantos anos esteve privada de vias com segurança, levando ao desinvestimento, com as devidas consequências na segurança; manutenção e até na perda dos postos de trabalho das diversas famílias que aqui laboram;

Que a possibilidade do resgate da concessão de exploração do IC5 pelas Infraestruturas de Portugal (IP). Pode originar perdas avultadas para a população em geral, desconhecendo-se como vai ser gerida a manutenção, a segurança e as populações que utilizam frequentemente o IC5;

Esta moção não é apresentada contra a mudança de gestão, porquanto somos a favor da gestão rigorosa, e eficiente, quer das vias, quer da sua sustentabilidade, mas não podemos aceitar que

ANEXO I

tal gestão implique ou coloque em causa a manutenção, segurança e que utilizadores sejam privados de condições que possuíam até então.

Assim, somos a propor que a Assembleia Municipal de Vila Flor **DELIBERE**:

1) Manifestar junto do Ministério do Planeamento e das Infraestruturas, em complemento com a Câmara Municipal a não concordância com a possível alteração do concessionário e a apreensão quanto à segurança;
2) Clarificar a questão relativa à concessão do Itinerário Complementar número 5 (IC5);
3) Associar-se a Assembleia Municipal à CIM Trás-os-Montes na demonstração da apreensão com a possível alteração da concessão;
4) Associar-se aos autarcas de Alfândega da Fé, Alijó, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Miranda do Douro, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Flor, nas exigências de garantias de que uma esta eventual alteração à conceção do IC5 não colocará em causa a segurança da via e dos utentes.

DELIBERE dar conhecimento da presente moção:

1. À Assembleia Intermunicipal da CIM-TTM;
2. Às Assembleias Municipais de Alfândega da Fé, Alijó, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Miranda do Douro, Mogadouro, Torre de Moncorvo;

DELIBERE ainda, remeter a presente moção ao:

1. Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República;
2. Exmo. Sr. Primeiro-ministro;
3. Exmo. Sr. Ministro do Planeamento e das Infraestruturas.

Vila Flor, 29 de junho de 2018

Pelos Membros

ANEXO I